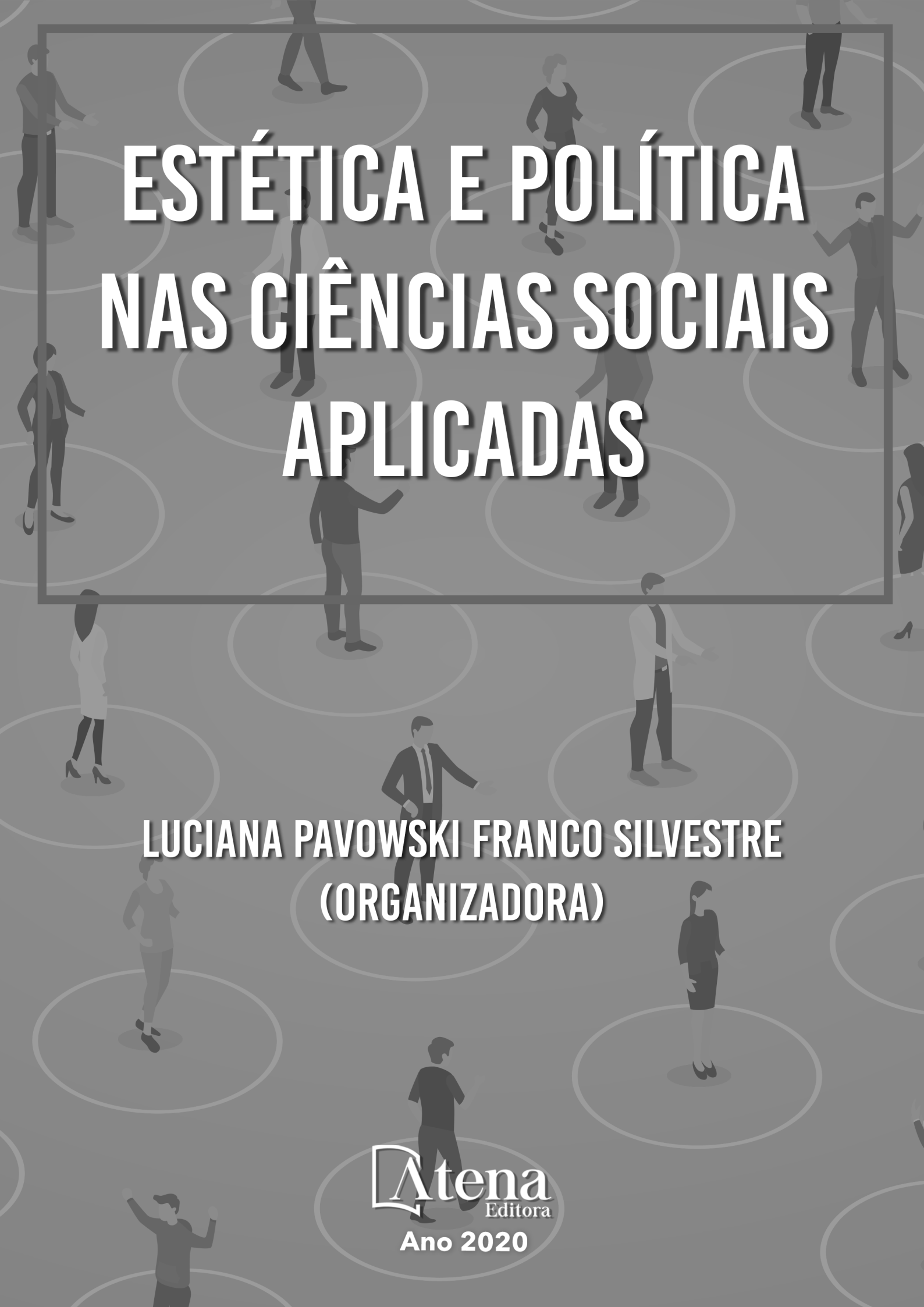


The background features a repeating pattern of stylized human figures in various poses, each standing on a light-colored circular base. The figures are rendered in a flat, illustrative style with muted colors. A large, dark green rectangular frame is superimposed over the upper portion of the image, containing the main title text.

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2020



ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Estética e política nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Batista
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-212-8

DOI 10.22533/at.ed.128202707

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas” vinte e quatro artigos com pesquisas que contribuem para a identificação, análise e reflexão sobre as relações existentes entre os aspectos territoriais, produção industrial e desenvolvimento tecnológico com as formas de vida em sociedade, permitindo a identificação dos impactos causados nesta.

Através das pesquisas em que se aborda o território, é possível identificar uma amplitude de relações estabelecidas com fatores como processos migratórios, barreiras, fronteiras, políticas indigenistas, violência pobreza e cidadania.

A tecnologia aparece como objeto de estudo para análise de crimes transfronteiriços e processos de gestão pública, identificando-se as possibilidades de processamento de informações e tomadas de decisão.

Otimização e competitividade aparecem como elementos centrais nas pesquisas voltadas para os processos industriais e produção de mercado. A partir de metodologias que envolvem consumidores e gestores enquanto sujeitos do processo de pesquisa, estas estabelecem relações também com os aspectos territoriais e tecnológicos, identificando-se a interdisciplinaridade entre as pesquisas que compõem o e-book que se apresenta.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos e desvelamento da realidade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “GRANDE CORUMBÁ” E OS DESAFIOS DOS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS EM FACE DAS NOVAS FERRAMENTAS VIRTUAIS	
Manix Gonçalves dos Santos Marcos Sérgio Tiaen Luiz Gonzaga da Silva Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1282027071	
CAPÍTULO 2	15
A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL NO BRASIL: IMIGRANTES ALEMÃES E ESCOLARIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL	
Samuelli Cristine Fernandes Heidemann Regina Coeli Machado e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1282027072	
CAPÍTULO 3	27
BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE : A AVENIDA FARRAPOS E O QUARTO DISTRITO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1282027073	
CAPÍTULO 4	41
ATIVIDADE PESQUEIRA NOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA A PARTIR DA COMPARAÇÃO DA PESCA EM DUAS COLONIAS DE PESCADORES NO ESTADO DO TOCANTINS	
Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro Adolfo da Silva-Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1282027074	
CAPÍTULO 5	54
GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE E SUA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA: REGIME TUTELAR E A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	
Ramiro Esdras Carneiro Batista Daniel da Silva Miranda Izaionara Cosmea Jadjesky	
DOI 10.22533/at.ed.1282027075	
CAPÍTULO 6	65
O AUMENTO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA COMO A MATERIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	
Márcio Teixeira Bittencourt Germana Menescal Bittencourt Gilberto de Miranda Rocha Peter Mann de Toledo	
DOI 10.22533/at.ed.1282027076	
CAPÍTULO 7	76
O MEDO SOCIAL DA VIOLÊNCIA EM RAZÃO DA TRAVESSIA DA FRONTEIRA ENTRE OS BAIRROS JARDIM IRACEMA E PADRE ANDRADE	
Adriana Carvalho de Sena	

Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio

DOI 10.22533/at.ed.1282027077

CAPÍTULO 8 82

OBRIGATORIEDADE DE CONEXÃO SIMULTÂNEA ÀS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Claiton Barbosa

Agnes Bordoni Gattai

DOI 10.22533/at.ed.1282027078

CAPÍTULO 9 90

REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM GOIÁS: ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS RURAIS E DE CIDADANIA DE GOIÁS

Mateus Carlos Baptista

Divina Aparecida Leonel Lunas

DOI 10.22533/at.ed.1282027079

CAPÍTULO 10 98

POBREZA: PERCEPÇÕES ESTÉTICAS, POLÍTICAS, RELIGIOSAS E ECONÔMICAS DO SER E TER

Eliseu Riscaroli

DOI 10.22533/at.ed.12820270710

CAPÍTULO 11 115

PRIORIZAÇÃO DE LOCAIS DE COLETA PARA ISOLAMENTO DE BACILLUS ANTHRACIS NA ANTÁRTICA POR PROCESSO DE ANÁLISE HIERÁRQUICA

Luiz Octávio Gavião

Adriana Marcos Vivoni

DOI 10.22533/at.ed.12820270711

CAPÍTULO 12 131

BENEFÍCIOS SOCIAIS NA PLATAFORMA GOVDATA: O USO DA CORRELAÇÃO DE DADOS COMO CRITÉRIO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR PÚBLICO

Francisca Alana Araújo Aragão

Pablo Severiano Benevides

DOI 10.22533/at.ed.12820270712

CAPÍTULO 13 141

DISPOSITIVO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS: PLACA MICROCONTROLADORA THOMPSON

João Paulo Pereira dos Santos

Michell Thompson Ferreira Santiago

DOI 10.22533/at.ed.12820270713

CAPÍTULO 14 151

IMPLEMENTAÇÃO DE LEAN SIX SIGMA PARA MELHORIA DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES

Carlos Navarro Fontanillas

Eduardo Picanço Cruz

DOI 10.22533/at.ed.12820270714

CAPÍTULO 15	167
INDÚSTRIA 4.0 E MANUFATURA ADITIVA: UM ESTUDO DE CASO COM OS CONSUMIDORES DE CALÇADOS PRODUZIDOS NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE JUAZEIRO DO NORTE	
José de Figueiredo Belém	
Célio Monteiro Santos	
José Eduardo de Carvalho Lima	
Murilo Barros Alves	
Josiano Cesar de Sousa	
Mirim Borchard	
DOI 10.22533/at.ed.12820270715	
CAPÍTULO 16	178
PROCESSO MANUAL DE RASTREABILIDADE DE PRODUTOS UHT EM UMA INDÚSTRIA DOS CAMPOS GERAIS	
Loren Caroline Domingues de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.12820270716	
CAPÍTULO 17	184
SISTEMA JAPONÊS DE PRODUÇÃO COMO UM FATOR DE VANTAGEM COMPETITIVA: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO JAPÃO NO PÓS-GUERRA	
Jéssica Pereira Soares	
DOI 10.22533/at.ed.12820270717	
CAPÍTULO 18	196
SUCESSÃO FAMILIAR: OS DESAFIOS AO LONGO DAS GERAÇÕES	
Adriano Pereira Arão	
Lucilia Notaroberto	
Sabrina Pereira Uliana Pianzoli	
Mônica de Oliveira Costa	
Farana de Oliveira Mariano	
Alex Santiago Leite	
Dyego Penna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.12820270718	
CAPÍTULO 19	206
BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA NA ÁREA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Maria Aparecida de Souza Melo	
Bruna Moraes de Melo	
Patrícia Lima	
DOI 10.22533/at.ed.12820270719	
CAPÍTULO 20	215
CORPOREIDADE E IDENTIDADE RACIAL DE PROFESSORAS NEGRAS: O SER E O SABER NA PRODUÇÃO DA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS	
Michele Lopes da Silva Alves	
Carmem Lúcia Eiterer	
Luiz Alberto Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.12820270720	

CAPÍTULO 21	228
CROWDFUNDING: UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO COLETIVO NO BRASIL	
Letícia Moraes Silveira	
Melissa Dotto Brusius	
Fernanda Silveira Roncato	
DOI 10.22533/at.ed.12820270721	
CAPÍTULO 22	241
O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO E A TEORIA SOCIOLÓGICA: MAX WEBER E AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	
Jordana de Moraes Neves	
Rafael de Oliveira Wachholz	
DOI 10.22533/at.ed.12820270722	
CAPÍTULO 23	251
RELIGIÃO, ESFERA PÚBLICA E O PROBLEMA POLÍTICO: UMA CONTRIBUIÇÃO HABERMASIANA	
Edson Elias Moraes	
José Geraldo Alberto Bertoncini Poker	
DOI 10.22533/at.ed.12820270723	
CAPÍTULO 24	276
RENDA BÁSICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO EMPREGO EXPLORATÓRIO	
Jônatas Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12820270724	
SOBRE A ORGANIZADORA	289
ÍNDICE REMISSIVO	290

BENEFÍCIOS SOCIAIS NA PLATAFORMA GOVDATA: O USO DA CORRELAÇÃO DE DADOS COMO CRITÉRIO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR PÚBLICO

Data de aceite: 01/07/2020

Francisca Alana Araújo Aragão

Sobral-CE

Universidade Federal do Ceará

<http://lattes.cnpq.br/6432254687982747>

Pablo Severiano Benevides

Fortaleza-CE

Universidade Federal do Ceará

<http://lattes.cnpq.br/2248099925961284>

RESUMO: O trabalho discute a governamentalidade algorítmica a partir da análise de uma iniciativa brasileira com o uso do Big Data, pensando a emergência de uma nova racionalidade e de seus efeitos para os modos de governo e subjetivação nas sociedades contemporâneas. Abordaremos essas questões a partir da iniciativa Govdata, uma plataforma do Governo Federal para tomada de decisões e estabelecimento de políticas públicas embasadas em dados. Em 2018, a medida foi critério para o corte de 5,2 milhões de benefícios sociais. Rouvroy introduz a noção de uma governamentalidade algorítmica: um governo através da análise e correlação de uma quantidade massiva de dados. Tratar-se-ia, pois, de um desdobramento

da governamentalidade neoliberal através da coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, prever e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis. Dessa forma, o conhecimento não é mais produzido sobre o mundo “concreto”, “empírico” ou “observável”, mas a partir de um mundo digitalizado. Em seus usos, as correlações de dados reivindicam a condição de evidência, veracidade e rigor. O caráter axiomático de suas conclusões é afirmado sob pretexto de esterilizadas de toda subjetividade, ideologia e normatividade. O que estabelece, assim, um regime de verdade que atualiza a função de dominar aleatoriedades e controlar os riscos da população. A noção de que “os dados falam por si” aparece como condição de possibilidade para o uso das correlações como critério de tomada de decisão nos mais diversos âmbitos. Estamos, portanto, diante de uma nova relação com o conhecimento e de uma transmutação na ordem do saber que já vem manifestando seus efeitos nos modos de governo e subjetivação presentes da sociedade brasileira contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Big Data; Governamentalidade Algorítmica; Govdata; Subjetivação; Racionalidade Neoliberal.

SOCIAL BENEFITS ON THE GOVDATA PLATFORM: THE USE OF DATA CORRELATION AS A DECISION-MAKING CRITERION IN THE PUBLIC SECTOR

ABSTRACT: The paper discusses algorithmic governmentality based on the analysis of a Brazilian initiative using Big Data, thinking about the emergence of a new rationality and its effects on modes of government and subjectivation in contemporary societies. We will address these issues from the Govdata initiative, a Federal Government platform for decision-making and public policy-setting. In 2018, the measure was a criterion for cutting 5.2 million social benefits. Rouvroy introduces the notion of algorithmic governmentality: a government through analysis and correlation of a massive amount of data. It would be a development of neoliberal governmentality through the collection, aggregation and automated analysis of data in massive quantity in order to model, predict and affect, in advance, the possible behaviors. In this way, knowledge is no longer produced on the “concrete”, “empirical” or “observable” world, but from a digitized world. In their uses, the data correlations claim the condition of evidence, veracity and rigor. The axiomatic character of its conclusions is affirmed under the pretext of being sterilized of all subjectivity, ideology and normativity. This establishes, therefore, a regime of truth that updates the function of dominating randomness and controlling the risks of the population. The notion that “data speak for itself” appears as a condition of possibility for the use of correlations as a decision-making criterion in the most diverse domains. We are, therefore, facing a new relationship with knowledge and a transmutation in the order of knowledge that has already been manifesting its effects on the present modes of government and subjectivation of contemporary Brazilian society.

KEYWORDS: Big Data; Algorithmic governmentality; Govdata; Subjectivation; Neoliberal Rationality

1 | INTRODUÇÃO

Comportamentos, deslocamentos, preferências e desejos passaram a ser mapeados, registrados e armazenados através de equipamentos que vão desde os populares *smartphones* a pulseiras biométricas. As atividades das mais diversas -de imagens de câmeras de vigilância, dados de transações econômicas, dados pessoais até as buscas no Google, e-mails e localização compartilhada- geram rastros que podem ser matematizados e processados endossando um volume exponencial de dados. As atuais capacidades de captura, armazenamento e processamento tornaram possível um novo regime de visibilidade que fez com que a totalidade da vida se tornasse calculável. Esse alcance de gerenciamento do volume de dados produzidos inseriu um valor de controle e previsibilidade com amplitude e eficiência inéditas tanto para o setor público quanto para o setor privado. Essas técnicas aparecem como instrumentos de uma transformação na racionalidade das táticas de governo.

A partir disso, pretende-se aqui descrever o modo como a correlação algorítmica

de dados tem sido utilizada para a tomada de decisões no setor público brasileiro. Em específico, será feita a análise da plataforma de compartilhamento de bases dados federais - GovData - que foi utilizada para o corte de benefícios sociais em 2018. Essa ferramenta foi anunciada como estratégia para combater fraudes de modo eficiente, rápido, seguro e econômico. Feita para ser o protótipo da implementação de um novo paradigma na gestão pública: o programa Brasil Eficiente.

Criado em 2017 e implementado em 2018, a plataforma GovData apareceu como nova ferramenta integrada à “força-tarefa previdenciária” iniciada anos antes. A estratégia representa a iniciativa de integrar diversas bases de dados federais com propósito de “tomada de decisões e estabelecimento de políticas públicas embasadas em dados¹”. A plataforma é resultado da parceria do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) com intuito de auxiliar o governo a combater fraudes a partir do cruzamento de dados de programas sociais.

Atualmente, mais de vinte bases de dados já foram incorporadas à plataforma², entre elas: o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o Cadastro Único Social (CadUnico) - Benefício de Prestação Continuada (BPC), Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi) e Registro Nacional de Carteira de Habilitação (Renach).

A operância da plataforma foi garantida a partir do Decreto nº 8.789 (BRASIL, 2016) que legisla sobre a disponibilização e compartilhamento de dados pessoais dos cidadãos de bases de dados federais. O decreto aciona como finalidades a simplificação da oferta de serviços públicos; a formulação, a implementação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas; a análise da regularidade da concessão ou do pagamento de benefícios, ou da execução de políticas públicas; e a melhoria da qualidade e da fidedignidade dos dados constantes das bases dos órgãos e das entidades.

Contudo, além da legitimação jurídica, essa estratégia teve que acionar outros enunciados para que tornasse evidente os seus “benefícios”. A plataforma GovData, assim como outras formas de governo da conduta através dos dados, declara suas vantagens e facilidades de modo a aparecer para a população como forma de combater a inoperância e a opacidade das práticas de governo.

É nesse sentido que encontramos no site oficial³ da plataforma suas principais características: a “**desburocratização**” a ser realizada a partir “acesso centralizado a informações de governo para simplificar a oferta de serviços públicos” - mais adiante me deterei em pensar as discursividades que aparecem em torno do enunciado “burocracia” e como que isso faz com que “desburocratização” passe a operar como um valor em si;

1. Disponível em: <http://govdata.gov.com> Acesso em 6 de junho de 2019

2. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/govdata-privado/bases_dados_disponiveis Acesso em: 10 de maio de 2019

3. Disponível em: <https://govdata.gov.br/> Acesso em: 6 de junho de 2019

a “**transparência**” prometida através “análise de contas públicas para combater fraudes”; o “**cruzamento de dados**” feito a partir de “informações para a tomada de decisões”; a “**tecnologia de ponta**” representando o ideal da atualização através do “processamento de grande volume de dados com rápido tempo de resposta”; a “**segurança**” assegurando a “garantia de sigilo e individualização das bases de dados” e a “**economicidade**” através do “uso compartilhado de infraestrutura e do consumo de dados para redução de custos”, característica estratégica para um Estado continuamente acusado de oneroso.

A nova plataforma funciona de modo a integrar o acesso a informações governamentais e permite que órgãos troquem informações de maneira rápida. Sua ação se dá a partir do cruzamento de dados de programas sociais com o objetivo de identificar as pessoas que recebem irregularmente benefícios sociais. Pessoas que recebem Benefício de Prestação Continuada com laudo de cegueira em ambos os olhos ao mesmo tempo possuem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou pessoas que recebem benefício social posterior a data do atestado de óbito são exemplos de alvos desse cruzamento de dados. A ferramenta realiza tarefas como higienização de dados, carregamento de base de dados, cruzamento de informações e criação de painéis analíticos⁵. O GovData disponibiliza uma infraestrutura de Datalake que permite a realização dessas ações.

O uso de dados para a tomada de decisões no setor público, para o monitoramento e para a formulação de políticas públicas toma de empréstimo a confiança que comumente depositamos na matemática e em suas conclusões. A mineração de dados a que são submetidos os registros nas múltiplas plataformas oferecem conclusões que aparecem como triunfo do pensamento racional e exímio sobre a tendenciosa percepção humana (Rouvroy, 2013, p.4).

Analizamos aqui o modo com que as tecnologias informacionais adentram ao setor público utilizando-se de discursividades específicas para garantir sua legitimação. Considerando que a incorporação dessa nova estratégia não aparece sozinha, mas uma série de enunciados vêm acoplados à proposta de automatização de decisões e do uso de novas tecnologias em políticas públicas. Dessa forma, nos parece que essa mudança não se trata da simples incorporação de técnicas mais modernas, mas da adesão à proposta de “atualização” ligada a um ideal de eficiência, neutralidade e velocidade que a correlação algorítmica de dados e seu método matemático parecem oferecer.

2 | “OS DADOS FALAM POR SI”

O valor de verdade das correlações é acionado como regime de justificação para legitimar seus usos em favor de modos tradicionais de análise. Pensar a partir do *Big Data* já é defendido por autores como Body e Crawford (2012), Anderson (2008), Kosinski (2013) como um novo modelo de ineligibilidade do mundo que oferece a possibilidade de uma mudança no modo como nos relacionamos com o conhecimento em si. Diante da massiva

quantidade de dados disponível, os autores argumentam que através dessa ferramenta é possível ter acesso a aspectos intangíveis à pesquisa tradicional que analisa apenas uma pequena quantidade de dados. Além da capacidade do tratamento algorítmico dos fenômenos ser reconhecido como uma maneira mais rápida, mais barata e mais eficiente de análise, seu principal diferencial está relacionado à condição de “fatos” das análises e não mais de “interpretação” (BODY & CRAWFORD, 2012).

No material de divulgação da ferramenta lançada pelo Ministério do Planejamento e que pode ser solicitada no site⁴ do GovData é colocado que análises sem embasamento têm trazido prejuízo aos cofres públicos. No slide seguinte a plataforma é anunciada como “ferramentas de análise de dados para a tomada de decisões mais bem fundamentadas”. A medida em que as informações geradas são analisadas de modo matemático através de algoritmos que fazem a estrita correlação dos dados, esses dados se apresentam como objetivos e esterilizados de qualquer interpretação ou subjetividade. Utilizar a Data Science representa renunciar a busca do “por que” e focar em “o que”. Saber a causa dos eventos não é prioridade quando a simples correlação é suficiente para prever (MAYER-SCHONBERGER & CUKIER, 2013).

Na era do *Big Data*, “os dados falam por si” é a máxima que incita a declinar dos modo de análise que partem de teorias e reflexões em detrimento de um modelo que se assume desobrigado de todo e qualquer mecanismo de explicação. Essa condição própria a que se situa o Big Data foi anunciada no artigo “The end of the theory: will the data deluge makes the scientific method obsolete?” (ANDERSON, 2008). Nesse artigo a morte da teoria é anunciada e os dados representam ao mesmo tempo seu algoz e herdeiro.

Este é um mundo onde as grandes quantidades de dados e a matemática aplicada substituem todas as outras ferramentas que podem ser usadas. Abaixo a todas as teorias do comportamento humano, da linguística à sociologia. Esqueça taxonomia, ontologia e psicologia. Quem sabe por que as pessoas fazem o que fazem? A questão é que elas fazem isso, e podemos rastreá-lo e medi-lo com uma fidelidade sem precedentes. Com dados suficientes, os números falam por si [tradução nossa⁵]. (ANDERSON, 2008, sem paginação)

A teoria, ao a ser apontada como uma carga onerosa, parcial e completamente prescindível para a tomada de decisão, parece anunciar uma transformação nas formas de gestão pública. Enquanto o mapeamento digital é entendido agora como um privilegiado “laboratório da condição humana” (ANDERSON, 2008). Dessa forma, o conhecimento parece não mais partir do mundo “concreto”, “empírico” ou “observável”, mas a partir de um mundo digitalizado (ROUVROY, 2013). O que faz com que outros arranjos enunciativos

4. Disponível em: <https://govdata.gov.br/> Acesso em 6 de junho de 2019

5. Citação original: “This is a world where massive amounts of data and applied mathematics replace every other tool that might be brought to bear. Out with every theory of human behavior, from linguistics to sociology. Forget taxonomy, ontology, and psychology. Who knows why people do what they do? The point is they do it, and we can track and measure it with unprecedented fidelity. With enough data, the numbers speak for themselves.” (Anderson, 2008)

passem a atuar sobre o sujeito e a cultura, considerando que o *Big Data* parece estar se tornando uma forma atualizada de controlar a população e prever seus riscos. Diante dessa contingência, se faz emergente a necessidade de pensar sobre o modo como as tecnologias têm sido inseridas nos processos de legitimação de tomadas de decisão no setor público.

3 | DESBUROCRATIZAR PARA ATUALIZAR

No contexto brasileiro, a inoculação de técnicas de correlação algorítmica junto ao processo de tomada de decisão assumiu os contornos claros da estratégia de “desburocratização”. Esse enunciado é continuamente acionado junto ao projeto Brasil Eficiente. Não à toa foi criado e regulamentado pelo Decreto de 07 de março de 2017 (BRASIL, 2017) o “Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente”. O conselho tem, como uma de suas atribuições, “recomendar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a adoção de prioridades e metas na atualização e na elaboração de futuras versões da Estratégia de Governança Digital - EGD [...]”.

Estratégia de Governança Digital é o documento publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que define os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas da Política de Governança Digital e tem o objetivo de tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas com o uso de tecnologias. No texto de apresentação, escrito pelo então secretário de Tecnologia da Informação, lê-se:

A aplicação da tecnologia nas políticas públicas é fator determinante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A EGD é uma ponte para este novo modelo de gestão. Este documento mostra um caminho para seguirmos. Agora, precisamos de você ao nosso lado nesta longa jornada para desburocratizar, modernizar, fortalecer e simplificar a relação do Estado com a sociedade. (BRASIL, 2016, p.4)

Chama atenção o modo com que a “desburocratização” enquanto enunciado tem sido continuamente acionado pelas estratégias de governo. Abro um parêntese para pensar em como enunciado “burocracia” deixou de aparecer seguido de rigor e como estratégia de combate a fraudes e passou a ser acompanhado de enunciados relativos à lentidão, à ineficiência e ao ônus no contexto brasileiro. Considerando os agenciamentos do discursos, podemos analisar os deslocamentos que fizeram com que hoje o governo federal adverte do sistema administrativo a que foi sujeito para utilizar a “desburocratização” como qualidade atribuída às suas ações.

O modelo de administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. A burocratização moderna aparece, então, como alternativa para combater o nepotismo, o empreguismo e a corrupção frutos da noção de que o Estado era entendido como propriedade do rei (BRESSER-PEREIRA, 1996). A administração burocrática parte não

apenas “da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.10).

Em 1985 o Brasil ainda estava completando sua transição democrática, que foi completamente consolidada com a aprovação da constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Nesse momento houve um retorno aos ideais burocráticos ao mesmo tempo um “afirmação de privilégios corporativistas e patrimonialistas incompatíveis com o ethos burocrático” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.16) A constituinte marcou a inflação do estado a partir da garantia de serviços sociais, tais como educação, cultura, saúde, previdência e assistência social. Uma gama de atribuições inconciliável com a estratégia de administração burocrática clássica que fiava-se na excelência a partir do detalhamento das normas de conduta e de procedimentos específicos dispostos aos funcionários (CHIAVENATO, 2004). O efeito desse enrijecimento pelo aumento das atribuições do estado foi uma crise dessa administração fazendo emergir outras vizinhanças discursivas a esse enunciado. A administração burocrática passa então a ser pensada como “lenta, cara, auto-referida, e pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos”, segundo Bresser-Pereira (1996, p.10).

Essas foram as condições que possibilitaram com que hoje o enunciado da burocracia viesse acoplado ao da ineficiência no contexto brasileiro. Apontamos as alianças do discurso para pensar seus efeitos e o modo como permitiram não só com que a “desburocratização” se tornasse um valor em si mesma, mas também que servisse de *slogan* continuamente acionado pelo setor público para a incorporação de novas tecnologias a partir do programa Brasil Eficiente.

4 | DESCONTRATO E VIGILÂNCIA

O GovData, enquanto ferramenta que se propõe a realização de ações de combate a fraudes através da correlação de quantidades massivas de dados, introduz um novo paradigma para a gestão pública. Em 2018 nenhum novo critério de concessão de benefícios sociais foi incluído, mas a partir do cruzamento de uma quantidade massiva de dados - antes impraticável a partir das bases de dados comuns - foi possível a averiguação dos dados declarados pelos beneficiários com o cruzamento desses com os disponíveis nas outras bases de dados federais, tendo como base os critérios já existentes. As cartilhas já preveem a suspensão dos benefícios quando identificada qualquer irregularidade na concessão ou manutenção do benefício, seja em caso de superação das condições que lhe deram origem ou em caso de morte do beneficiário. Contudo, a verificação eficiente das condicionalidades só foi possível a partir das técnicas de cruzamento algorítmico de dados que culminou no corte de diversos benefícios, entre eles o Bolsa Família. Até 2018 somavam-se 5,2 milhões de benefícios cancelados por meio de cruzamento de informações (GROSSMANN, 2018).

A análise oportunizada por esse cruzamento possibilitou o aparecimento de um tipo de informação antes inacessível para as bases de dados comuns. Dessa forma, a mineração de quantidades enormes de dados brutos produz, em suas conclusões, uma zona da “realidade” antes oculta. A versão digital do mundo que passa ser lida pelos algorítmicos é livre da incerteza radical e aparece como “factualidade pura” (ROUVROY, 2013). Esse alcance da vigilância oferecida por essas técnicas e a possibilidade de verificação dos dados declarados inserem uma nova lógica contratual que Zuboff (2018) chama de “descontrato”.

Em “Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação”, Zuboff (2018) apresenta as ideias de Varian, um economista da *Google* e entusiasta das possibilidades de transações oferecidas pelas novas tecnologias. A argumentação do economista é a de que as transações mediadas por computador, ao possibilitarem a observação de aspectos antes inacessíveis, permitem novos modelos de negócio.

Varian celebra a possibilidade de transações antes inviáveis. Ele cita o exemplo da negociação no serviço de aluguel de carros em que o cliente assina um termo assegurando a condução de forma segura. Essa é a forma tradicional de contrato, baseada ao mesmo tempo na incerteza e na confiança, que admite a liberdade derivada de um Estado de direito. Nessa lógica não existia nenhuma maneira de verificação do cumprimento do contrato. Então, o economista aponta que, com o aparecimento das transações mediadas por computador, as companhias de seguro podem usar sistemas de monitoramento de veículos e enfim verificar se o cliente está cumprindo ou não sua parte do contrato (VARIAN, 2014).

Da mesma forma que a concessão de benefícios sociais pelo governo mediada pela plataforma que realiza o cruzamento e a comparação das informações de forma robusta transpassa a lógica contratual, suplantando sua necessidade diante da possibilidade do monitoramento. “A participação consensual nos valores dos quais a autoridade legítima é derivada, juntamente com o livre-arbítrio e os direitos e obrigações recíprocas, é substituído pelo equivalente universal da tornozeleira eletrônica do prisioneiro” (ZUBOFF, 2018, p. 42)

Isto é, as transações entre beneficiário e Estado ao serem monitoradas tornam-se sinônimo de combate às fraudes e são ainda legitimadas pela propaganda da transparência, economicidade e desburocratização. Esses arranjos não permitem uma nova forma contratual, como queria Varian, mas descrevem uma vigilância sem fora que trabalha para estabelecer novas garantias de lucro. Essa forma de controle que atinge altos níveis de sofisticação em sua capilaridade, é o que Zuboff (2018) chamou de *Big Other*.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se dessa análise a preocupação com o modo com que o uso das correlações algorítmicas de dados têm adentrado o campo da tomada de decisões no setor público sob a égide do embasamento matemático como garantia de imparcialidade. No contexto brasileiro, a proposta do monitoramento e formulação de políticas públicas embasadas em dados torna-se ainda mais atraente devido ao descrédito a que as instâncias governamentais parecem a estar sujeitas. O GovData, bem como o programa Brasil Eficiente e toda a aparelhagem jurídica que os alicerça aparecem como estratégias para a consolidação de uma imagem de estado renovado. Mais do que a simples incorporação de técnicas, a anexação dos valores da eficiência, da transparência e da boa gestão afiguram como o prelúdio de um novo paradigma de gestão pública.

O caminho de análise aqui traçado procurou também evidenciar algumas transformações produzidas a partir das possibilidades que as tecnologias inserem no processo de processos de tomada de decisão. Considerando que estamos diante de uma nova relação com a informação e com a visibilidade e que essas transformações já vem manifestando efeitos nos modos de governo e subjetivação na sociedade brasileira contemporânea.

Para além da estratégia do GovData, poderíamos aqui descrever práticas muito mais sofisticadas que têm sido usadas para prever, modelizar e afetar por antecipação os comportamentos possíveis a partir do uso de inteligência artificial embasada na correlação algorítmica de uma massiva quantidade de dados (ROUVROY, 2013). Inclusive práticas que agem modificando o comportamento para transformá-lo em mercadoria visando a obtenção de lucro (ZUBOFF, 2018). Contudo, procedemos nesta análise a partir de um recorte específico que nos pareceu estratégico para pensar os regimes de justificação acionados para a inoculação das práticas de correlação de dados no setor público.

Um governo embasado em dados representa uma transformação da racionalidade de governo e, por conseqüências, de suas estratégias e suas táticas. É a partir desse recorte que analisamos o modo como os enunciados como o de “discurso de fato” e da “desburocratização” têm sido aderidos a essa proposta para favorecer a emergência do que parece ser uma racionalidade governamental que não depende do comando da lei, mas deriva da força da evidência oferecida pela descrição da realidade (BERNS, 2015).

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Chris. The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete. **Wired magazine**, v. 16, n. 7, p. 16-07, 2008.

BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for big data: Provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. **Information, communication & society**, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012.

BERNS, Thomas. **Gouverner sans gouverner: une archéologie politique de la statistique**. Presses universitaires de France, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral Da Administração Compact**. Elsevier Brasil, 2004.

DAVENPORT, Thomas H. **Big data no trabalho**. Elsevier Brasil, 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016. Dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8789.htm

BRASIL. Decreto de 07 de março de 2017. Cria o Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14451.htm

DUMBILL, Edd. What is big data? An introduction to the big data landscape. **O'Reilly**, 2012.

KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David; GRAEPEL, Thore. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 110, n. 15, p. 5802-5805, 2013.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana**. Elsevier Brasil, 2014.

ROUVROY, Antoinette. The end (s) of critique: Data behaviourism versus due process. In: **Privacy, due process and the computational turn**. Routledge, 2013. p. 157-182.

VARIAN, Hal R. Beyond big data. **Business Economics**, v. 49, n. 1, p. 27-31, 2014.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arduíno 141, 142, 143, 144, 145, 150

B

Bacia Hidrográfica 41, 44, 52, 53

Bacillus Anthracis 115, 116, 118, 129, 130

Big Data 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140

C

Capitalismo 47, 105, 108, 138, 140, 188, 220, 226, 250, 255, 261, 265, 266, 276, 277, 278, 279, 288

Competitividade 156, 179, 184, 186, 187, 194, 195, 280

Conflitos Ambientais 66

Corporeidade 78, 79, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225

Crowdfunding 228, 229, 230, 231, 232, 239, 240

Custo de Focalização 276, 283, 284, 285

E

Economia Criativa 228

Eficiência na Produtividade 167, 169

Eletrônica Embarcada 141

Empresa Familiar 196, 198, 205

Escala de Avaliação 207

Esfera Pública 244, 245, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 258, 261, 263, 264, 266, 267, 268, 272, 274

Espaço Rural 90

Estética 2, 36, 99, 113, 223, 224, 225, 226

F

Filosofia 24, 98, 99, 113, 155, 156, 246, 258, 260

Financiamento no Brasil 228

Fontes de Recursos 228

Fronteira 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 61, 63, 76, 77, 80, 240

G

Gerações 196, 198, 200, 204, 280, 282, 286

GovData 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139

Governamentalidade Algorítmica 131

Guerra 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 115, 118, 130, 155, 184, 185, 186, 191, 192, 194, 262, 270

H

Hidrelétricas 66, 67, 70, 74

Homicídios 65, 66, 68, 71, 72, 73

I

Identidade Racial 215, 220, 222

Imigrantes 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 31

Indústria 4.0. Manufatura Aditiva 167, 291

J

Jürgen Habermas 251, 254, 274, 275, 291

L

Lean Six Sigma 151, 152, 291

Logística 45, 171, 173, 178, 291

M

Modernidade 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 30, 40, 220, 227, 241, 242, 243, 245, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 266, 267, 268, 269, 274, 291

N

Nacionalização 15, 18, 19, 22, 23, 26

Notificação Compulsória de Doenças 207, 291

P

Paisagem Urbana 28, 39, 291

Participação Política 90, 273, 291

Pedagogia Antirracista 215, 217, 219, 222, 223, 224, 225, 291

Pescadores Artesanais 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 53, 291

Placa Microcontroladora 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 291

Pobreza 77, 81, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 277, 282, 283, 291

Polícia Civil 1, 2, 6, 11, 13, 291

Produtividade 41, 43, 45, 50, 93, 166, 167, 168, 169, 170, 189, 291

R

Racionalidade Neoliberal 131, 291

Rastreabilidade 178, 179, 180, 181, 182

Redes 14, 49, 50, 53, 82, 83, 84, 85, 88, 97, 122, 142, 144, 149, 150, 271

Religião 99, 100, 101, 104, 105, 112, 114, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 272, 273, 274, 275

Renda Básica Incondicional 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 287

S

Secularização 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 266, 268, 270, 271, 272

Sistema Japonês de Produção 184, 185, 187, 193, 194, 195

T

Tecnologia 108, 112, 133, 134, 136, 144, 149, 160, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178, 202, 235, 238, 285

Teoria Contemporânea 241

Teoria Sociológica 241, 250

Território 9, 10, 11, 13, 37, 55, 56, 60, 63, 66, 71, 81, 101, 128, 213

V

Vigilância em Saúde 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 291

Violência 8, 11, 24, 49, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 68, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 112, 220, 222, 234, 270, 291

Vitalidade Urbana 28, 33, 34, 291

W

Whatsapp 1, 2, 3, 8, 291

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020